



## VIDAS, VOZES E PALAVRAS DE MULHERES NO RÁDIO SIM, ELAS PODEM...

Maria Inês Amarante<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste momento em que se intensificam os debates sobre a democracia da comunicação em vários cantos do país, mulheres constroem uma nova história do rádio, atuando em redes e junto à suas comunidades. Este trabalho pretende mostrar três experiências radiofônicas femininas: a dos programas *Palavra de Mulher* e *Voz da Mulher*, da Rádio Educadora e Rádio Difusora de Goiânia, no Estado de Goiás; e o *Vida de Mulher*, da Rádio Comunitária Independência, no interior do Ceará. Fruto de iniciativas de coletivos de mulheres, eles dão visibilidade aos movimentos sociais dos quais elas participam, promovendo debates de cunho social, cultural, político e econômico e priorizando questões de gênero e cidadania feminina. Estas comunicadoras guerreiras - empenhadas na causa das mulheres e no direito à comunicação -, estão enredadas através da Rede de Mulheres da AMARC e da Rede de Mulheres em Comunicação, onde trocam suas experiências, saberes e materiais que servem de incentivo a outras mulheres. Este trabalho tem como base os relatos das protagonistas, documentos e bibliografia sobre comunicação alternativa e comunitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** *rádio comunitária; comunicação; mulheres; gênero; cidadania.*

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.

## 1. Introdução

A história do rádio no Brasil é marcada pela dicotomia entre concessões públicas para o seu funcionamento e o interesse do público receptor, as políticas governamentais privilegiando, sobretudo, interesses privados em detrimento dos anseios da sociedade civil.

Conforme levantamento feito por Caldas<sup>2</sup>, nove famílias detêm verdadeiros oligopólios dos meios de comunicação eletrônica<sup>3</sup>, dos quais participam 271 políticos que se associam ou dirigem 324 veículos, entre senadores, deputados, governadores, prefeitos ou vereadores que possuem outorgas de rádios e televisão<sup>4</sup> - o que vem de encontro à Constituição Federal. Além de utilizarem estas mídias como palco para suas campanhas políticas, obtêm grandes lucros com a publicidade que divulgam; entre um anúncio e outro o público é visto como um mero consumidor.

Dessa maneira, o rádio, cujo objetivo primeiro foi a causa educativa – tão cara a Roquete Pinto, um de seus mais ilustres iniciadores -, transformou-se em “popular”, voltado ao lazer e à diversão como lembra Gisela Ortriwano<sup>5</sup>, usando de seu potencial para conquistar novos mercados.

Ao invés de oferecer uma programação informativa, educativa e cultural à população, a mídia divulga sobretudo o entretenimento e o conteúdo padronizado. E, como observa Amarante<sup>6</sup> é justamente através dela que a grande parte dos receptores se

---

<sup>2</sup> CALDAS, Maria das Graças Conde. *Democratização na radiodifusão: da utopia à esperança com o compromisso público do PT*, 2005.

<sup>3</sup> A família Marinho (Rede Globo), detém 17 concessões de televisão e 20 de rádio; a família Sirostsky (RBS), possui 14 emissoras de TV e 21 de rádio; a família Abravanel (SBT – grupo Silvio Santos), 9 emissoras de TV; a família Câmara (Grupo Câmara) detém 7 concessões de TV e 13 de rádio; a família Bloch (Grupo Manchete), detinha 5 concessões de TV e 6 de rádio, agora nas mãos da Rede TV; a família Daou (TV Amazonas), é proprietária de 5 canais de TV e 4 de rádio; a família Zahran (Grupo Zahran) conta com 4 canais de TV e 2 de rádio; a família Jereissati (Grupo Verdes Mares), do Ceará, é proprietária de uma emissora de TV e 5 de rádio e o Grupo Condomínio Associados, por sua vez, detém 3 concessões de TV e 9 de rádio.

<sup>4</sup> Dados fornecidos pelo site [www.donosdamidia.com.br](http://www.donosdamidia.com.br), relativo aos mandatos até 2009.

<sup>5</sup> ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*, 1985, p. 15.

<sup>6</sup> AMARANTE, Maria Inês. *Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa*, 2004, p. 40.

informa, pois devido à condição socioeconômica e cultural, quase não lêem revistas, jornais ou livros. Com a intenção de aumentar sua audiência, a mídia comercial vem se apropriando da temática e da linguagem populares.

Ortriwano também ressalta que os grupos de capital privado que recebem licença concessionária do Estado não levam em conta a “responsabilidade social” que deveria nortear estas concessões<sup>7</sup>. Longe do poder de decisão sobre as pautas midiáticas cotidianas, a população não conta com meios para avaliar a qualidade da programação que recebe ou suas conseqüências. No processo de publicização da vida privada que promove, a mídia privada pouco ou nada tem feito para valorizar as mulheres e suas lutas. Ao contrário: explora seus corpos e as apresenta como objetos de consumo.

Apesar de pouco considerada, a ocupação do espaço público radiofônico pela sociedade civil, e que permite efetivamente uma intervenção em larga escala nos conteúdos veiculados, é garantida por lei desde 1998<sup>8</sup>. Mas as rádios alternativas e comunitárias que começaram a penetrar nesse espaço hegemônico a partir dos anos 1970, encontram até hoje entraves para se transformar em um carro-chefe de convivência e desenvolvimento. Há que se pensar nos meios para legitimá-las e garantir a frequência e a qualidade de suas programações - feitas geralmente por voluntários – para que envolvam plenamente a população.

Estas e outras reivindicações marcaram a 1ª. CONFECOM – Conferência Brasileira de Comunicação, realizada no mês de dezembro de 2009, em Brasília, cujo tema foi: “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Durante os trabalhos conjuntos, jornalistas, radialistas e professores, representantes de meios de comunicação comunitários, educativos e comerciais<sup>9</sup> de todo o país, entre inúmeras propostas e polêmicas, debateram a criação de Conselhos de Comunicação Estaduais, com poder de fiscalizar o funcionamento das mídias; a

---

<sup>7</sup> Id. p. 59.

<sup>8</sup> Lei 9.612/98, complementada pelo Decreto n. 2615/98.

<sup>9</sup> Grande parte dos empresários da comunicação detentores de importantes redes midiáticas preferiu se ausentar da Conferência, divulgando sistematicamente a informação de que as iniciativas dos grupos políticos e da sociedade civil que se mobilizaram para que ela acontecesse visam, sobretudo, uma volta à censura, um cerceamento à liberdade de expressão.

alteração dos critérios e responsabilidades pelas concessões de canais, um novo marco regulatório, bem como questões relativas à qualidade do que é divulgado pelas mídias.

Tudo isso nos faz lembrar que, apesar de ancião, o rádio nunca perdeu a vitalidade ou a capacidade de rejuvenescer seus ideais ao longo dos anos. Além de registrar nos primórdios de sua história inúmeras experiências educativas de sucesso<sup>10</sup>, hoje conta com um grande número de atores sociais que estão mostrando a viabilidade de uma comunicação dialógica e inclusiva que estabelece vínculos intrínsecos com comunidades e culturas locais.

As mulheres têm feito parte desta luta e, com o poder de suas vozes, vão tomando iniciativas “no sentido de afirmar o papel da comunicação de gênero para a consolidação de uma comunicação democrática entre pessoas”, como registra o Cemina - Centro de Estudos e Projetos da Mulher<sup>11</sup>. A ONG, criada em 1988, articulou a Rede de Mulheres no Rádio, hoje Rede de Mulheres em Comunicação, que reúne comunicadoras de todo o país.

A AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias, com representação no Brasil desde 1995, e que conta atualmente com 51 associadas locais, entre emissoras comunitárias, produtoras de rádio, redes e pessoas físicas, seguindo os passos dos movimentos de países latino-americanos vizinhos, onde se faz presente, reestruturou sua Rede de Mulheres, inaugurando o “Programa de Gênero”<sup>12</sup>, cuja proposta é promover a discussão das rádios comunitárias com perspectiva de gênero, apoiando o trabalho das mulheres principalmente através da formação e da troca de informações e experiências entre radialistas associadas<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Entre elas, as iniciativas apontadas por Zeneida Assumpção (1999, p. 32-3) como a da Rádio Educadora Paulista, de 1924; a Rádio Educativa da CBR – Confederação Brasileira de Radiodifusão, de 1933; e por Moreira (1991, p. 17), ainda nos anos 1930, da Rádio Sociedade e da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, experiência de educação à distância realizada pelo educador Anísio Teixeira.

<sup>11</sup> CEMINA – Comunicação, Educação, Informação em Gênero. **Fazendo Gênero no Rádio**, 1998, p. 9.

<sup>12</sup> As reivindicações da Rede de Mulheres da AMARC-Brasil foram reunidas na Plataforma das Mulheres para a Ia. CONFECOM, em maio de 2009.

<sup>13</sup> A AMARC – Associação Mundial de Rádio Comunitária e a ALER – Associação Latino americana de Educação Radiofônica podem ser consideradas as duas entidades internacionais mais significativas de apoio às rádios comunitárias no continente.

Assim, por meio do rádio foram sendo reveladas muitas vozes femininas fora do eixo sul-sudeste, como estas que mostramos neste artigo.

## 2. A comunicação a serviço da igualdade de gênero

Em 1993, Divina Jordão e Geralda Ferraz - comunicadoras e educadoras - uniram seus ideais para lançar o programa *Palavra de Mulher*, na Rádio Difusora AM 640 de Goiânia<sup>14</sup>, que contou com o apoio da Pastoral da Mulher. O objetivo era dar visibilidade às ações dos movimentos de mulheres e contribuir para esclarecer a população sobre os direitos humanos e femininos. Como a rádio é ouvida em mais de 200 municípios goianos, as produtoras tiveram a possibilidade de divulgar amplamente seu trabalho.

Desde então, as ações comunicativas propostas priorizam a questão social mais relevante, que é a causa das mulheres. Assim são abordados assuntos aprofundando a temática de gênero, envolvendo a população historicamente marginalizada, principalmente da periferia. “Eles nunca se esgotam e nem ficam na superficialidade [conta Geralda], são discutidos de forma responsável e crítica, com o caráter de informar e também de conscientizar nossas ouvintes”. O programa - acrescenta a radialista - “é um espaço que precisamos o tempo todo ocupar, reafirmando nossas convicções e posições ideológicas”. Para as produtoras, o importante é trazer ao debate temas fundamentais que não são explorados pela mídia comercial – e aos quais as ouvintes não têm acesso cotidiano, tais como: saúde, educação, comportamento, cidadania, direitos da mulher, violência, arte etc. e que são apresentados com um olhar crítico e esclarecedor. Alguns desses temas “estão sendo paulatinamente incorporados ao mundo da política, [lembra o coletivo de mulheres da AMARC]<sup>15</sup>, assumidos como objeto de debate público.

A perseverança e o compromisso com as mulheres fizeram com que o *Palavra de Mulher* ganhasse credibilidade e tivesse efeito multiplicador. Em 2002, as comunicadoras colaboraram com o Conselho Estadual da Mulher em outra produção

---

<sup>14</sup> Hoje, o programa é apresentado todos os sábados ao meio-dia, com uma hora de duração.

<sup>15</sup> AMARC ALC y ALER. Cambio Social y cambio cultural. La vinculación de las Mujeres y La Política. **Gritos em El coro de señoritas**, AMARC ALC y ALER, Buenos Aires, 2008, p. 10.

radiofônica e, após vencerem um concurso de inclusão digital, cujo prêmio foi um computador e a capacitação em edição de áudio, iniciaram uma parceria com a Rádio Universitária de Goiânia, lançando outro programa de gênero, o *Voz da Mulher*<sup>16</sup>, apresentado por Divina Jordão e Ivone Cunha.

Segundo Roldão<sup>17</sup> “as emissoras universitárias constituem parcela significativa (cerca de 40%) da rede de radiodifusão educativa em nosso país”, o que é mais um motivo para se resgatar e fortalecer a vocação primeira do rádio brasileiro.

Os trabalhos das mulheres goianas permitiram outras inserções em projetos na área da Educação. Divina Jordão, por exemplo, contribuiu na criação da rádio-escola Milênio, revolucionando o projeto pedagógico do Colégio Estadual Jardim Balneário Meia Ponte e Geralda Ferraz iniciou outro projeto de rádio escolar na Escola de Ensino Fundamental Orientar Centro Educacional. Em ambas as escolas as rádios também priorizam a abordagem de gênero, no sentido da superação do preconceito com os meninos.

A perspectiva de que o protagonismo da juventude nas rádios escolares nascentes em vários cantos do Brasil venha apontar para uma nova cultura da participação nos meios de comunicação a partir da escola - que ainda é o lugar ideal para se praticar inclusões - tem sido apontada como uma alternativa promissora em vários estudos. Ao abordar a prática radiofônica por adolescentes no meio educativo, Amarante<sup>18</sup> salienta que muitas meninas que atuaram nas rádios escolares se aproximaram do veículo por simples prazer, sem ter noção do que vem a ser “uma questão de gênero”. Nota-se, assim, que os debates sobre gênero no meio educativo ainda são tímidos e necessitam de estímulo para se ampliar e se tornar mais corriqueiros.

Porém ao perder o medo de se expressar, as meninas - lembra Mata<sup>19</sup> - vão “se descobrindo enquanto agentes de transformação social, não esperando que outros tomem a

---

<sup>16</sup> O novo programa vai ao ar todas as segundas-feiras das 11:30 às 12 horas.

<sup>17</sup> ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. *A função do rádio educativo no Brasil*, 2008, p. 182-3. A autora salienta (p. 179) que um dos objetivos da comunicação educativa, ao qual se refere o Artigo 1º. da Portaria Interministerial n. 651, de 15 de abril de 1999, é atuar junto ao sistema de ensino de qualquer nível ou modalidade.

<sup>18</sup> AMARANTE, Maria Inês. *Medo de Ginecologista: saúde, gênero e dramaturgia da adolescente na rádio comunitária da escola*, 2004. Site de busca: <http://www.comunicasaude.com.br/revista/01/artigos/artigo10.asp>

<sup>19</sup> MATA, Maria Cristina (coordenadora). *Mulher e rádio popular*, 1998, p. 13.

palavra em seu lugar". Esse exercício da palavra própria representa uma construção cultural da identidade de gênero no espaço público, operando transformações. A primeira delas advém do poder da linguagem.

Os programas *Palavra de Mulher* e *Voz da Mulher* se tornaram uma referência nas discussões de gênero e a equipe viu a necessidade de ampliar suas ações. Assim, em 2004, fundaram a Associação Mulheres na Comunicação, para efetivar projetos de capacitação nas temáticas trabalhadas com multiplicadores que atuam em várias esferas dos movimentos sociais. A entidade estabeleceu novas parcerias, entre elas com o Centro Livre de Artes, que tem na artista plástica Ivone Cunha uma aliada na apresentação do *Voz da Mulher*, além de patrocinadores como a escola Orientar Centro Educacional, o CESEG e o Grupo de Mulheres Negras Dandaras do Cerrado. Além disso, incorporou às suas ações o apoio a estudantes e mulheres da comunidade no sentido de capacitá-los para uma atuação no movimento de mulheres, ganhando as adesões de uma jornalista, Denise Rodrigues, de Bruna Porto e da teóloga Aparecida Damascena. A história de todas estas mulheres tornou-se a própria história dos programas radiofônicos que já ganharam o reconhecimento da sociedade.

7

Com muito esforço elas superaram dificuldades financeiras para garantir seus espaços nas rádios e o compromisso assumido de divulgar, entre tantos assuntos, as histórias de vida de mulheres anônimas, aumentando sua auto-estima. A participação nas duas redes de mulheres – e a criação de um blog interativo – tem servido para enriquecer os conteúdos e abrir mais um canal de escuta às ouvintes e participantes.

A exemplo do que ocorria em outras regiões do país e da América Latina desde os anos 1970, o interior do Ceará viu nascer sistemas de comunicação por meio de alto-falantes, cuja finalidade era produzir informações e conhecimentos que interessassem efetivamente às comunidades, retratando a realidade local. Estas "radiadoras" foram muito comuns antes do aparecimento da televisão, e meio de difusão que transmitia apenas músicas e informações de utilidade pública.

O analfabetismo e a "evasão" escolar, bem como a falta de uma política mais abrangente do Estado para a educação, levou muitas associações de moradores a comunicar-se mediante os recursos da cultura oral, e o rádio sempre foi o meio mais próximo da oralidade.



De um modo geral, essas rádios cumpriram mais eficientemente a missão de levar adiante sua ação social e de educação não-formal em localidades distantes. Com a ajuda principalmente das CEBs, Comunidades Eclesiais de Base e de Pastorais, lembra Amarante<sup>20</sup>, estas experiências de comunicação comunitária sonharam em se tornar verdadeiros centros de produção de informação e de referência cultural, o que contribuiu para a conscientização das comunidades e o resgate de seus valores originais.

Contudo, a concentração da mídia nas mãos de poucos também ali faz história. Em 1998, o Jornal **O Povo** registrava que das 84 emissoras de rádios FM ditas “comunitárias”, existentes no interior do Estado, 45% eram apontadas como sendo de políticos no exercício do poder, formando até mesmo duas redes<sup>21</sup>. Estes dados ilustram o peso desigual no tocante à distribuição de canais alternativos de comunicação no Ceará, onde impera a influência política, econômica e familiar do Grupo Edson Queiroz<sup>22</sup>, colocado entre os oito maiores conglomerados empresariais de mídia do nordeste.

No interior do Ceará, nos anos 1990, o movimento comunitário idealizou várias rádios comunitárias de baixa potência, incentivado pelas mobilizações nacionais. Uma delas foi a Rádio Independência, na cidade do mesmo nome, fundada em 1996 pela ACORDI – Associação Comunitária de Radiodifusão Independência, pouco antes de ser votada a lei 9.612/98 que legalizou o serviço de radiodifusão comunitária.

Em 1997, a entidade se juntou a sete outras associações municipais para iniciar a transmissão experimental da *Rádio FM Comunitária Independência*, na frequência 104.9 do dial. No entanto, os voluntários tiveram que superar inúmeros obstáculos para levar adiante seus ideais de “democratizar a informação, divulgar as iniciativas populares da comunicação a serviço da vida e de uma sociedade justa e fraterna”, como explica Rosa Gonçalves. Inicialmente, houve o processo de capacitação dos

---

<sup>20</sup> AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**, 2004, p. 43.

<sup>21</sup> Rede Cearense de Notícias e Rede Metropolitana de Rádio.

<sup>22</sup> O ex-Deputado Federal Edson Queiroz, relator do projeto de lei de regulamentação das rádios comunitárias em 1997, é cunhado do ex-Governador Tasso Jereissati, Senador da República em final de mandato, sendo que ambos são sócios proprietários dos dois únicos jornais com circulação diária em Fortaleza, o **Diário do Nordeste** e o Jornal **O POVO**.



comunicadores que queriam atuar na rádio. Em seguida, começou a luta pela legalização junto ao Ministério da Comunicação e à ANATEL. Mesmo após a solicitação da outorga, os responsáveis pela rádio receberam ameaças de fechamento da Polícia Federal, enviada pela agência, fato que se consolidou de 17 de setembro de 2002 até 22 de maio de 2004, quando a rádio foi silenciada. Porém em agosto de 2004 voltou a funcionar com uma autorização provisória e, finalmente, em dezembro de 2005, recebeu uma licença de funcionamento por 10 anos.

Durante todo esse tempo, o projeto popular teve o apoio da comunidade, de igrejas e outras entidades, além de contar com a força das mulheres que sempre foram majoritárias no movimento, constituindo 68% das vozes na grade de programação e no quadro de sócias colaboradoras. O medo, a burocracia, as dificuldades materiais, a manutenção dos equipamentos, comprados com as contribuições vindas da comunidade, foram superados com a união de todos. A rádio conseguiu garantir o seu funcionamento primando pela qualidade musical, oferecendo um bom acervo. Os equipamentos básicos permitem atender a demanda dos ouvintes, apesar dos apoios culturais permitidos pela legislação vigente serem pouco representativos face ao montante de despesas cotidianas.

9

Mesmo diante de repressões e dificuldades, a rádio sempre manteve os princípios que norteiam a mídia comunitária. Segundo Peruzzo<sup>23</sup>, eles são “a produção popular; a participação dos cidadãos; interatividade com os receptores/produtores; gestão participativa; autonomia político-religiosa; não comercial; segmentada; de utilidade pública; democrática e cidadã e que ela atende aos interesses comunitários”. A autora aponta igualmente para<sup>24</sup> “o pluralismo, a sintonia com as especificidades de cada realidade (...) e participação ativa de entidades não-governamentais e sem fins lucrativos”.

A equipe de produção estabeleceu um objetivo comum: a divulgação das informações locais, das iniciativas das comunidades e entidades, a valorização da cultura popular e a escuta permanente dos moradores. Além disso, tem contribuído para profissionalizar jovens desempregados em situação de risco e divulgar ações cidadãs.

---

<sup>23</sup> PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Mídia Comunitária*, 1998, p. 152.

<sup>24</sup> Id., p. 143.

Através de uma grade de programação variada, ela oferece a todos muita reflexão sobre a dinâmica comunitária.

Encontra-se registrado na história da *Rádio FM Comunitária Independência* que todos os que aderiram ao projeto:

Sentem-se irmanados com tanta gente boa que tem dado a vida para construir uma sociedade democrática de fato, que procura contar com a participação de seus membros de forma qualificada, a partir da informação e da consciência cidadã.

Ao longo desses treze anos de existência, o acompanhamento do processo avaliativo e formativo pela AMARC-Brasil, em parceria com a ALER, através do programa *Ritmo Sul*<sup>25</sup> ajudou a rádio a repensar sua gestão na atual conjuntura.

A partir de 2009, quando as mulheres assumiram a direção da ACORDI, representando 50% de seu quadro - composto por 12 membros -, sentiram a necessidade de fortalecer os debates sobre gênero, combatendo o machismo no rádio e garantindo conteúdos não discriminatórios em sua programação em relação a gênero, etnia ou orientação sexual. Uma das primeiras iniciativas foi a criação de um programa feminino que, além das mulheres da rádio, envolveu o coletivo de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Independência, as animadoras das CEBs<sup>26</sup> dos bairros e educadoras das escolas, totalizando 30 participantes. Entre rodas de conversa com trabalhadoras do campo, partilhas de vivências e dotes culinários, abriram discussões sobre o desemprego, a violência doméstica, a sobrecarga de tarefas do lar, alternativas econômicas solidárias e os fatores de desestruturação familiar que nortearam a criação do programa *Vida de Mulher*, lançado em junho do mesmo ano<sup>27</sup>. O nome foi escolhido pela própria comunidade, através de cartas, e-mails e telefonemas. Os homens também participaram enviando sugestões.

10

---

<sup>25</sup> O Projeto *Ritmo Sur*, bem como estudos e pesquisas significativos em parceria com universidades constituem iniciativas conjuntas da ALER e da AMARC que merecem destaque. O *Ritmo Sur*, realizado na América do Sul e México, tem como objetivo fortalecer as rádios populares e comunitárias através da formação, centros de comunicação e instâncias de coordenação regionais e nacionais para a consolidação das redes, voltadas à sustentação institucional, social e econômica.

<sup>26</sup> As CEBs – Comunidades Eclesiais de Base ainda têm muita força no interior do Ceará, oferecendo apoio a várias atividades comunitárias, inclusive as iniciativas em comunicação popular.

<sup>27</sup> O *Vida de Mulher* vai ao ar aos sábados, das 11 horas ao meio-dia.

Gostaríamos de destacar que, na idealização de sua programação inicial, em 1998, a *Rádio Comunitária Mandacarú FM*, do Bairro Ellery de Fortaleza, hoje funcionando apenas como web rádio devido à repressão sofrida na época, lançou um programa no formato de rádio-revista com o mesmo nome<sup>28</sup>. Por iniciativa de uma equipe de mulheres que reuniu comunicadoras da ARCOS-CEPOCA – Associação das Rádios Comunitárias de Fortaleza, a autora deste trabalho, operárias das fábricas de beneficiamento de castanhas e militantes sindicais, ele atendeu à necessidade de abordar temáticas de gênero, segundo Amarante<sup>29</sup>. As sete mulheres reunidas em torno do programa *Vida de Mulher* garantiram durante vários meses esta produção.

Embora fazendo uso de uma tecnologia mais avançada, o *Vida de Mulher* criado pela *FM Comunitária Independência* partilha dos mesmos ideais da equipe de Fortaleza: contribuir para o crescimento pessoal das mulheres do município. Através de uma metodologia participativa, que inclui entrevistas, debates, rodas de conversa, informações locais e nacionais - que também são veiculadas pela Internet -, com espaço para agenda cultural e participação de ONGs e entrevistadas, o programa ajuda as ouvintes a pensar e a refletir sobre vida, cidadania e direitos.

Segundo Rosa Gonçalves, uma das produtoras, os desafios ainda são numerosos: o poder masculino inibe a participação de muitas mulheres, que não se sentem capazes de ocupar o lugar de protagonistas no meio de comunicação. Faltam também recursos para mobilização, organização de novas capacitações e difusão cultural. Mesmo assim, as comunicadoras seguem motivando as mulheres a se envolver com as atividades artísticas, de confraternização e lazer tendo a rádio como ponto de referência. Num processo participativo e organizado, comunicadoras, produtoras, mixadoras, colaboradoras nos eventos sociais, amigas da rádio, todas são estimuladas a se juntar para contribuir no crescimento de seu meio de comunicação, desenvolvendo a própria capacidade. Uma das voluntárias relata que este trabalho traz “uma felicidade enorme e

---

<sup>28</sup> A iniciativa mereceu destaque no *Jornal O POVO*, de 13 de dezembro de 1998, que publicou um artigo de Ana Naddaf: “Atenção! Mulheres no Ar”.

<sup>29</sup> AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**, 2004, p. 51.

isso faz com que a cada dia a gente trabalhe com mais garra, força, vontade e esperança de dias melhores”. Rosa Gonçalves<sup>30</sup> reforça a idéia de que:

As relações de gênero envolvem todas as classes e questões sociais e a luta pela igualdade entre homens e mulheres é árdua. Quando começamos a discutir, levantar questões, propor o estabelecimento de novas formas dessas relações, como condição imprescindível para que a justiça e a igualdade de fato se realize na prática, percebemos que se torna difícil também dentro da comunicação, pois encontramos barreiras do machismo que impera – e que às vezes são determinantes. [Alterá-lo] só é possível quando as mulheres ocuparem esses espaços e utilizar o instrumento da voz para denunciar essas formas de opressão e anunciar e profetizar o novo, não só no discurso, mas na prática, afirmar direitos por uma cidadania em bases igualitárias, por outra ordem social e política. Cada vez mais ela está se tornando uma referência de compromisso com a transformação social. Essa integração que as mulheres estão criando entre comunicação e sociedade (...) vai fazendo com que a sociedade perceba a importância fundamental de uma comunicação que reflete a dinâmica dos acontecimentos voltada para a realidade em que vivemos.

Mesmo diante das dificuldades como cuidar da casa, dos filhos, trabalhar em tempo integral, elas continuam realizando um programa bem planejado e se sentem responsáveis pelo processo de construção da rádio comunitária, onde há troca e aprendizado. O desejo de seguir adiante se afirma no programa que é visto como um instrumento de luta por uma política de igualdade de gênero e de conscientização e valorização das mulheres e das populações:

Queremos no rádio ter um olhar, um pensar e um agir diferenciado da grande mídia brasileira onde as diferenças sociais representadas entre mulheres e homens são grandes. As mulheres são expostas à representação de modelos, objeto de publicidade e os homens considerados mais capacitados que elas, além de possuírem mais direitos. Queremos dizer que somos importantes, tanto quanto os homens; queremos somar, construir através da comunicação uma sociedade justa e igualitária.

Apesar de um futuro incerto no tocante à função e ao uso democrático da mídia, principalmente do rádio, temos que considerar a existência de um novo fluxo de interatividade (ou da possibilidade de comunicação dos receptores com os meios), que altera a participação social dos cidadãos, permitindo interações culturais de forma inusitada. Assim, uma cultura regional terá maior poder de expressão rompendo a

---

<sup>30</sup> GONÇALVES, Rosa. Relatório, 2010.

hegemonia imposta pela indústria cultural, podendo propor alternativas capazes de intervir no processo de produção massificada.

Na 10ª. Conferência Mundial de Rádios Comunitárias da AMARC (AMARC-10), que acaba de acontecer na cidade de La Plata, na Argentina, reunindo comunicadores dos cinco continentes, as mulheres anunciam muitas mudanças nos anos vindouros: a chilena Maria Pia Marta acaba de ser eleita Presidente da AMARC Internacional. Presente neste encontro, a radialista Denise Viola, da Rede de Mulheres da AMARC-Brasil, que atuou junto ao CEMINA dando voz ao programa *Fala Mulher*<sup>31</sup> deixou uma “imagem sonora” para se despedir. Ela comparou a sociedade a uma ave. Cada asa do animal representaria um gênero: “Hoje essa ave está capenga, a asa masculina pesa mais. Nossa sociedade precisa das duas asas em equilíbrio para voar, para ser realmente livre”.

Se apesar das desigualdades as mulheres já conquistaram vias próprias de acesso protagonizando tantos projetos nos meios de comunicação, ao ocuparem o poder elas, certamente, vão multiplicar este trabalho educativo, criativo e questionador para impulsionar a evolução feminina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Maria Inês. **Rádio comunitária na escola: protagonismo adolescente e dramaturgia na comunicação educativa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo do Campo, 2004, 224 p.

\_\_\_\_\_. Medo de Ginecologista: saúde, gênero e dramaturgia da adolescente na rádio comunitária da escola. **Revista Digital Comunicação & Saúde**. , v.1, n.1, Dez. 2004, <http://www.comunicaude.com.br/revista/01/artigos/artigo10.asp>

AMARC ALC y ALER, **Gritos em el coro de señoritas**. La apropiación Del rol político de las mujeres a través de los medios. AMARC ALC y ALER, Buenos Aires, 2008.

ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves. **Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau**. São Paulo: AnnaBlume, 1999.

<sup>31</sup> O programa *Fala Mulher*, transmitido também pela Internet, divulgou nacionalmente inúmeras campanhas sobre a saúde e os direitos da mulher, pela Rede de Mulheres no Rádio, nos meios de comunicação de que participam de 1988 a 2004. A produção de 16 anos possibilitou a realização do maior arquivo sonoro nacional sobre temas relacionados à mulher: [www.radiofalamulher.com](http://www.radiofalamulher.com).

CALDAS, Maria das Graças Conde. Democratização na radiodifusão: da utopia à esperança com o compromisso público do PT. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, n. 28, 2005, Rio de Janeiro. **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro: Intercom, 2005.

CEMINA – Comunicação, Educação, Informação em Gênero. **Fazendo Gênero no Rádio**, Rio de Janeiro, 1998.

FERRAZ, Geralda; JORDÃO, Divina. Relatório sobre a experiência dos programas de rádio *Palavra de Mulher e Voz da Mulher*, de Goiânia-GO, 2010.

GONÇALVES, Rosa. Relatório sobre a Rádio Comunitária FM Independência e do programa *Vida de Mulher*, 2010.

MATA, Maria Cristina (coord.). **Mulher e rádio popular**. São Paulo: ALER-Brasil/Paulinas, 1998. (Manuais de Comunicação, 11).

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

NADDAF, Ana. Atenção! Mulheres no Ar. **Jornal O Povo**, Fortaleza/CE, Dela's, 13 Dez. 1998, p. 3.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1985.

14

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares - a participação na construção da cidadania**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Mídia Comunitária. **Revista Comunicação e Sociedade**, nº 30, São Paulo: UESP, 1998, p. 141-156.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. A função do rádio educativo no Brasil. In: **Comunicação e Cidadania**: possibilidades e interpretações. Amarildo CARNICEL, Márcia FANTINATTI ... et al. (orgs), Campinas, SP: CMU Publicações, 2008, p. 175-194.

Sites consultados:

[www.mulheresnacomunicacao.blogspot.com](http://www.mulheresnacomunicacao.blogspot.com)

<http://brasil.amarc.org>

<http://www.aler.org/index.php>

<http://www.cemina.org.br>